

# Resumo de notícias econômicas

20 de Outubro de 2021 (quarta-feira)

Ano 3 n. 198

Núcleo de Inteligência da Sedet



**CEARÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO E TRABALHO

# **PRINCIPAIS NOTÍCIAS DE POLÍTICA ECONÔMICA: 20 OUTUBRO DE 2021**

## **Governo tenta dar guinada populista em novo benefício; mercado reage (20/10/2021)**

### **O Estado de S. Paulo**

A decisão de Bolsonaro de turbinar programas sociais para tentar se reeleger em 2022 deflagrou uma onda negativa no mercado e gerou mais dúvidas sobre o futuro das contas públicas. O presidente e seus aliados no Congresso resolveram bancar o Auxílio Brasil com benefício de cerca de R\$ 400. O valor surpreendeu porque Bolsonaro havia aceitado R\$ 300. Com o novo valor, seriam gastos R\$ 90 bilhões em benefícios sociais, sendo que R\$ 30 bilhões ultrapassariam o teto de gastos. A Bolsa caiu e o dólar subiu. O Planalto cancelou, em cima da hora, a cerimônia de anúncio do novo desenho.

A decisão de Bolsonaro de dar uma guinada populista na economia para turbinar programas sociais e tentar se reeleger no ano que vem deflagrou uma espiral negativa no mercado financeiro e minou ainda mais a credibilidade do futuro das contas públicas. Em baixa nas pesquisas, Bolsonaro resolveu bancar o Auxílio Brasil com benefício de R\$ 400, bem acima do auxílio emergencial de R\$ 250 do pico da pandemia.

O valor surpreendeu porque o presidente já havia aceitado a proposta do ministro da Economia, Paulo Guedes, de R\$ 300. O arranjo final acertado prevê R\$ 90 bilhões em benefícios sociais (Auxílio Brasil e parcelas temporárias). Como o auxílio mais robusto não cabia no Orçamento de 2022, o presidente deu sinal verde para o furo no teto de gastos, a principal âncora de controle das contas públicas.

O remendado teto foi dado como morto depois de revelado o plano eleitoral do governo para turbinar o programa social. Dos R\$ 400 do benefício, pelo menos R\$ 100 vão escapar das regras fiscais. O martelo foi batido numa reunião com Bolsonaro, Guedes e ministros da ala política, além do senador Flávio Bolsonaro, filho do presidente. O clima foi tenso, com uma miscelânea de propostas e alertas da equipe econômica sobre os riscos desse caminho, com alta de preços, dos juros e do dólar. Piora

que pode se voltar em 2022 contra o próprio presidente e os próprios beneficiários do programa, que terão os R\$ 400 corroídos pela inflação. Bolsonaro ignorou os avisos. “Eu assumo os riscos”, disse, em tom duro. Porém, diante das reações, o evento de lançamento do programa foi adiado.

Vencida pelo grupo político, a equipe econômica, contrária a furar o teto, pode sofrer baixa. O secretário Especial do Tesouro e Orçamento, Bruno Funchal, pode ser o primeiro a deixar o cargo depois que for enviada mensagem do governo modificando o Orçamento de 2022. Os críticos do governo alardearam que se trata do maior programa de compra de votos da história do País.

## **Ala política do governo confronta Guedes por mais gastos fora do teto (20/10/2021)**

### **Broadcast**

Após o presidente Bolsonaro bater o martelo e apoiar mais despesas fora do teto de gastos para viabilizar sua reeleição, a ala política do governo e o Congresso iniciaram uma corrida para emplacar um volume ainda maior de gastos contornando a regra fiscal – que limita o avanço das despesas à inflação. Já a equipe econômica tenta travar a fatura extrateto em R\$ 30 bilhões, que bancariam o lançamento do Auxílio Brasil.

A queda de braço nos bastidores foi uma das razões que levaram o Palácio do Planalto a cancelar, em cima da hora, cerimônia que havia sido convocada para as 17h de ontem para o anúncio formal do novo desenho do Auxílio Brasil. Bolsonaro havia decidido por um pagamento médio de R\$ 400 até dezembro de 2022. Desse valor, R\$ 100 ficariam fora do teto de gastos, mas integrantes da ala política querem que toda a parcela temporária do auxílio (R\$ 200) fique livre do alcance da regra fiscal. A indefinição sobre o tamanho da fatura extrateto azedou ainda mais o humor do mercado financeiro, que já havia reprovado a solução do governo de furar o limite de despesas para viabilizar um programa social turbinado em ano eleitoral.

Após o cancelamento da solenidade, os ministros da Casa Civil, Ciro Nogueira, e da Cidadania, João Roma, foram à Câmara para se encontrar com o presidente da Casa, Arthur Lira. “Queremos estar com isso ajustado até o final do dia”, afirmou Ciro, sem

dar detalhes. Uma nova reunião no Planalto foi realizada. Roma foi questionado sobre se a despesa fora do teto ficaria em R\$ 30 bilhões, mas ele disse que não havia valores definidos até aquele momento. A ideia é pagar a 17 milhões de pessoas o tíquete médio já previsto (em torno de R\$ 190), sem reajuste, e outras duas parcelas temporárias de R\$ 100 cada. Uma dessas parcelas adicionais seria paga dentro do teto de gastos, com o espaço aberto por meio da aprovação da PEC dos precatórios, que vai limitar o pagamento de dívidas judiciais da União. Mas precisaria ser temporária, porque o governo não tem uma fonte de receitas para bancar um aumento permanente de despesa – a opção era a taxação de lucros e dividendos, mas a reforma do Imposto de Renda está parada no Senado.

A segunda parte viria por meio de outro repasse de R\$ 100, em média, que seria paga a partir de dezembro e ficaria fora do teto de gastos. Essa parcela deve variar conforme a necessidade da família, sendo maior para quem estiver recebendo menos. Por isso, o valor exato para cada beneficiário pode ser menor ou maior que os R\$ 100.

Os principais auxiliares do ministro da Economia, Paulo Guedes, tentam evitar que mais gastos escapem do limite de despesas. O clima na equipe econômica, porém, é de grande frustração diante do desfecho da negociação. O time de Guedes era contra qualquer gasto fora do teto. Crítico dos auxílios temporários, o relator do Auxílio Brasil, deputado Marcelo Aro, disse que pediu à equipe econômica que ao menos uma pequena parte do aumento seja permanente, em forma de reajuste. O governo ficou de estudar a possibilidade. Cabo de guerra Definição de valores do Auxílio Brasil envolve disputa entre ala política do governo e Economia

## **Bolsa desaba 3,28%; dólar vai a R\$ 5,59, alta de 1,33% (20/10/2021)**

### **Broadcast**

O mercado reagiu com reprovação à notícia de que o governo considera utilizar recursos fora do teto para bancar os custos com programas sociais. O dólar fechou em alta de 1,33%, a R\$ 5,5938, enquanto a Bolsa desabou 3,28% – e poderia ter sido pior se, o Ministério da Cidadania não tivesse adiado o anúncio do Auxílio Brasil.

A B3 recuou aos 110.672,76 pontos, no pior nível desde 8 de setembro (à época, a volatilidade teve a crise política entre Poderes). Segundo a consultoria Economatica, as empresas com ações listadas na Bolsa perderam R\$ 152,1 bilhões em valor de mercado. A companhia que teve a maior perda foi a Petrobras, com uma redução de R\$ 17,89 bilhões. As ações ordinárias e preferenciais da companhia recuaram 4,37% e 4,89%, respectivamente. A petroleira foi seguida por Ambev, com desvalorização de R\$ 7,5 bilhões, Bradesco (R\$ 6,2 bilhões) e Santander Brasil (R\$ 6,2 bilhões).

O Ibovespa, principal indicador da B3, distanciou-se do bom desempenho de Nova York, com Dow Jones em alta de 0,56%, o S&P 500, de 0,74%, e a Nasdaq, de 0,71% – nos EUA, o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) se comprometeu a conter a inflação. No mercado de câmbio, o dólar chegou a atingir a casa de R\$ 5,61, com máxima de R\$ 5,6123, alta de 1,66%, logo após as 16h. Mais cedo, o Banco Central teve de vender US\$ 500 milhões à vista, mas o alívio no câmbio foi passageiro.

## **Economistas veem ‘contabilidade criativa’ (20/10/2021)**

### **Broadcast**

A negociação em curso para permitir que parte do Auxílio Brasil seja paga fora do teto de gastos foi criticada por economistas, que veem risco para a manutenção da própria regra do teto (que atrela o avanço das despesas públicas à inflação). Existe a avaliação de que o governo perdeu o controle sobre o processo orçamentário e apela para a “contabilidade criativa”. “O que estamos vendo é uma deterioração. Hoje, na prática, se criou uma alçada nova para discussão de novos gastos. É como se fosse um segundo processo orçamentário”, afirmou o coordenador do Observatório Fiscal do Instituto Brasileiro de Economia, Manoel Pires. Pires ressaltou que sempre achou o teto de gastos insustentável e que, desde 2019, toda vez que aparece um fato novo para as contas públicas, como alta de gastos, não vêm sendo cortadas as despesas.

“O que se tem feito é discutir o mérito dessa despesa nova e tentar orçar um valor que seja aceitável para o mercado. Mas, cumulativamente, o que é aceitável para o mercado vai se perdendo, e o risco fiscal, aumentando”, disse.

Diretor executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado, Felipe Salto afirmou que a proposta de incluir no Auxílio Brasil o pagamento de uma parcela fora do teto entra na linha da “contabilidade criativa” e acaba com a regra fiscal como concebida. “Seria uma medida de contabilidade criativa, em que, dificuldades para se cumprir o teto, muda-se a regra, retirando-se despesas do limite constitucional.”

Uma “sinalização claríssima” de que o governo quer gastar além dos limites estabelecidos em 2022 foi a definição do economista-chefe da XP Investimentos, Caio Megale, para a negociação envolvendo o novo benefício. “Não é um grande valor em termos de volume, dado o crescimento de arrecadação e a meta estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias, mas é uma medida que altera significativamente o arcabouço fiscal, em um momento de dívida pública muito elevada”, diz Megale, em referência ao cálculo que a parcela fora do teto custaria cerca de R\$ 30 bilhões em 2022. “Esse arcabouço existe para o Brasil voltar a ter contas equilibradas.”

## **Relator da PEC dos Precatórios se diz ‘aberto’ a ajustes no texto (20/10/2021)**

### **O Estado de S. Paulo**

Em meio às expectativas para o anúncio do novo Auxílio Brasil, a comissão especial que analisa a PEC dos precatórios cancelou a sessão prevista para ontem, às 14h, para discutir e votar o relatório apresentado pelo deputado Hugo Motta (Republicanos-pb). Um novo encontro foi marcado para hoje, no mesmo horário.

A votação da PEC é importante porque depende dela a abertura de espaço no teto de gastos para o novo programa social e outras despesas, já que “empurra” parte dos R\$ 89,1 bilhões previstos em pagamentos com precatórios (dívidas definidas pela Justiça) em 2022 para o ano seguinte.

O teto de gastos é a regra que limita o crescimento das despesas à variação da inflação. A equipe econômica prevê uma despesa de R\$ 30 bilhões fora do teto de gastos para bancar um dos auxílios temporários e garantir um benefício total de R\$ 400 à população de baixa renda em 2022, ano de eleição. Uma das alternativas para viabilizar

isso seria incluir essa exceção na PEC dos precatórios. Motta tem dito a interlocutores que “está aberto” a mudanças, mas ainda não há nada definido.

Em seu parecer, apresentado há duas semanas, o relator prevê, a cada exercício, um teto para o pagamento dos precatórios estabelecido pelo valor pago em 2016, corrigido pela inflação. No ano que vem, o limite seria de cerca de R\$ 40 bilhões, o que abriria um espaço de R\$ 50 bilhões para outras despesas. O texto de Motta prevê ainda que o limite de cada exercício seja reduzido da projeção para a despesa com o pagamento de requisições de pequeno valor para o mesmo exercício, que teriam prioridade no pagamento.

## **Gás passa de R\$ 100 no País (20/10/2021)**

### **Broadcast**

O gás de cozinha atingiu pela primeira vez preço médio acima de R\$ 100 no País. Inscritos em programas sociais devem receber vale-gás de 50% do valor do botijão.

Com o petróleo ultrapassando U\$ 80 o barril e o dólar testando novas máximas diariamente, o gás de cozinha atingiu pela primeira vez preço médio em todo o País acima de R\$ 100, enquanto a gasolina subiu 3,3% em apenas uma semana, refletindo os recentes aumentos da Petrobras, que elevou os dois combustíveis em 7,2% nas refinarias no dia 9 de outubro.

O Senado aprovou a criação do vale-gás. De acordo com a proposta, quem estiver inscrito nos programas sociais do governo terá direito a um subsídio de no mínimo 50% do valor do botijão de 13 quilos e a diferença será bancada pelo governo federal. A proposta havia sido aprovada na Câmara e dependerá agora de uma nova votação entre os deputados, pois houve mudanças.

Enquanto a ajuda não vem, o preço médio do botijão de 13 quilos no País continua a subir, conforme pesquisa feita pela Agência Nacional do Petróleo (ANP). A região Norte é a que tem o valor médio mais alto, a R\$ 106,10. No Centro-oeste o consumidor paga R\$ 105,40 e, no Sul, R\$ 103,67. No Sudeste, o preço médio ficou em R\$ 98,86 e, no Nordeste, em R\$ 98,34. Na média, o produto ficou em R\$ 100,44 no País. No ano, o botijão de 13 quilos já subiu 89%.

A gasolina também avançou após o aumento anunciado pela Petrobras, com o preço médio do litro pulando de R\$ 6,117 para R\$ 6,321 de uma semana para outra, alta de 3,3%. O preço mais alto da gasolina continua sendo registrado em Bagé, no Rio Grande do Sul, a R\$ 7,499 o litro, e o mais baixo foi encontrado a R\$ 5,299 em Cotia, São Paulo. Já o preço do diesel se manteve praticamente estável na semana passada, com o preço médio subindo 0,3% em relação ao da semana anterior, para R\$ 4,976 o litro.

Para o economista do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), Matheus Peçanha, os combustíveis continuarão pressionados enquanto continuar a restrição da produção de petróleo pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) e o câmbio permanecer elevado.

“Ano que vem é ano eleitoral e o câmbio pode subir mais, é um fator de risco. No curto prazo, a única solução é apagar incêndios, porque a alta, principalmente do gás de cozinha, gera caos social”, afirmou.

De acordo com o presidente do Sindigás, sindicato que reúne as distribuidoras de GLP, Sergio Bandeira de Mello, o vale-gás pode ajudar a resolver o problema, mas a questão é global. Ele diz que, assim como outras commodities, o preço do GLP é pressionado pela retomada da economia. No Brasil, destaca, o problema fica mais grave por conta da desvalorização cambial e a queda de renda do brasileiro, mas Europa e Estados Unidos estão sentindo o impacto dessa elevação. “Existe uma onda que não tem como conter. Não existe uma solução simples para a alta dos preços no mundo inteiro.” Aumentos sem fim Neste ano, o botijão de 13 quilos de gás de cozinha já subiu 89%

## **Distribuidoras terão de importar combustíveis (20/10/2021)**

### **Broadcast**

Com o barril do petróleo a mais de US\$ 80 (cerca de R\$ 447), a Petrobras deixou para as distribuidoras a incumbência de complementar com importação o volume adicional à produção nacional necessário para suprir a demanda interna de combustíveis. Sem a ajuda estatal, as empresas terão de, por conta própria, comprar produtos em outros países, afirmaram executivos do segmento de distribuição em condição de anonimato. O custo excedente com importação será repassado para o

consumidor que, no fim das contas, deve pagar mais caro pelos combustíveis nas bombas, ainda que a Petrobras não reajuste seus preços nas refinarias. A alta foi estimada em 17% pela Associação das Distribuidoras de Combustíveis (Brasilcom).

A defasagem entre a disponibilidade interna e a demanda diz respeito aos contratos com entrega prevista para o mês que vem. No mundo todo, o mercado de petróleo e derivados está aquecido. Num só momento, o consumo subiu por conta do avanço da vacinação e recuperação das economias. Ao mesmo tempo, a oferta caiu. A consequência foi a disparada das cotações das commodities de energia, com reflexos no Brasil, que adota preços alinhados aos internacionais.

A Petrobras, em comunicado, afirmou que as distribuidoras encomendaram mais combustíveis para o mês que vem do que de costume e que não teve tempo de se preparar para esse boom. Segundo a Petrobras, comparado com novembro de 2019, a demanda por diesel aumentou 20% e a de gasolina, 10%. Esses excedentes superam sua capacidade interna de produção. No mercado, no entanto, executivos de distribuição negam essa versão.

## **B3 desembolsa R\$ 1,8 bilhão por empresa de análise de dados (20/10/2021)**

### **Broadcast**

A B3 anunciou ontem a aquisição da empresa de tecnologia Neoway, especializada em exploração e análise de dados, ou “big data analytics”. Em uma negociação disputada, a Bolsa brasileira decidiu desembolsar R\$ 1,8 bilhão pela empresa, que irá adicionar uma nova fonte de receitas à companhia, mergulhando a B3 em um mercado de R\$ 4 bilhões ao ano no Brasil e com alto potencial de crescimento.

A transação marca a maior aquisição da companhia desde 2017, quando a B3 foi formada a partir da conclusão da compra da Cetip pela Bm&fbovespa. A Neoway também estava na mira da gigante Serasa Experian, que acabou vencida na disputa pelo ativo. “Já fazemos o uso tradicional de dados, mas não exploramos o potencial de muitos dados que temos, dentro do que podemos fazer de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e cruzar com dados públicos”, afirmou o presidente da B3, Gilson

Finkelzstain. De acordo com o executivo, a Bolsa ainda vê oportunidades de crescimento nesse mercado e segue interessada em aquisições, seja de controle, seja de uma participação minoritária, em novos negócios.

A Neoway é uma empresa catarinense fundada em 2002, uma das maiores no segmento de análise de big data e inteligência artificial para negócios do País. Ela coleta e cruza dados de um determinado mercado, que podem ser úteis, por exemplo, para empresas otimizarem vendas, modernizarem processos ou diminuírem seus riscos relacionados a compliance, por exemplo.

Hoje, a Neoway tem 4% do mercado em que atua. A B3 diz acreditar que tem espaço para consolidação – isso porque, segundo a apresentação da aquisição, há nada menos de 36 mil empresas, de todos os portes, oferecendo serviços semelhantes aos da Neoway. A Bolsa estaria disposta a investir cerca de R\$ 200 milhões na companhia de tecnologia ao longo dos próximos cinco anos.

## **Os desafios globais para se chegar ao carbono zero em 2050 (20/10/2021)**

### **Reuters**

A Agência Internacional de Energia traçou um plano para que o mundo se descarbonize nos próximos 30 anos. São mais de 400 itens na lista de mudanças que precisam ser feitas, além da necessidade de um aumento para US\$ 4 trilhões no investimento anual global em energia limpa – hoje, esse montante é um pouco superior a US\$ 1 trilhão.

- **Sem estratégia**

Do lado dos países, ainda falta estratégia para se atingir esse objetivo. Apesar de 135 já terem anunciado que pretendem ser neutros em carbono, apenas 23 deles publicaram o plano para alcançar a meta – outros dois (Butão e Suriname) já a atingiram.

- **Cooperação**

Apesar da ausência de um plano bem elaborado na maioria dos países, a consultora Gabriela Werneck, sócia da Bain & Company, diz acreditar ser possível atingir

a meta. “Mas o desafio será grande. Tem de ter cooperação internacional, além de consumidores, empresas e governos dispostos. Em alguns setores da economia, isso vai ser disruptivo e talvez se passe a pensar em uma nova linha de negócios ou em uma nova fonte de receita para as empresas”.

- **Oportunidades**

Se os desafios à frente são gigantes, as oportunidades também são, sobretudo para aqueles – países e empresas – que se mexerem primeiro, diz o consultor Jorge Hargrave, diretor do Boston Consulting Group (BCG). “Sempre que você é o primeiro a aderir a uma tendência, você desfruta de uma posição competitiva favorável nos primeiros anos e de taxas de lucro acima do normal” • Longo prazo Entre as oportunidades que virão com a transformação energética, Hargrave destaca o aumento da demanda por PET reciclável e por materiais usados na fabricação de baterias, como lítio, níquel e cobre. Quem investir nesses segmentos, deve ter venda assegurada no futuro. Por outro lado, os que necessitam dessas matérias-primas precisam garantir suprimento agora, com contratos de longo prazo.

## **Uber lança opção de embarque rápido (20/10/2021)**

### **O Estado de S. Paulo**

Nos últimos meses, em meio à alta da gasolina no Brasil, passageiros do Uber estão tomando “chá de cadeira” para conseguir embarcar nas viagens pelo aplicativo. Reagindo às reclamações, a empresa anunciou ontem o recurso Uber Prioridade, em que usuários poderão pagar para embarcar mais rápido.

A função será colocada à disposição inicialmente em Campinas (SP), Curitiba (PR) e Belém (PA) – o Uber afirma que a opção funcionará na região central das cidades, onde a espera pelo embarque tem sido mais longa. Sem revelar valores, a empresa diz que as viagens prioritárias “custarão um pouco mais do que as do UberX (viagens populares do aplicativo)” e resultarão em mais ganhos para os motoristas.

O Uber Prioridade vai aparecer como mais uma opção na tela do passageiro depois que ele digitar o endereço de destino. Segundo o Uber, o horário de

funcionamento do recurso não é fixo e acompanha a dinâmica de movimentação da cidade. Motoristas poderão aceitar ou não as viagens prioritárias.

As reclamações de cancelamento de viagens cresceram nos últimos meses entre os passageiros do Uber e outros apps de transporte. Parte do problema se deve à alta dos combustíveis no País, que dificulta a operação dos motoristas – a taxa de 10,25% acumulada pela inflação nos 12 meses terminados em setembro teve como principais contribuições os combustíveis (2,40%, sendo a gasolina responsável por 1,93% ).

## **Receio é de que home office afete promoções (20/10/2021)**

### **O Estado de S. Paulo**

O período de pandemia fez com que o home office fosse mandatório para todas as empresas e muito aprovado pelos funcionários. Uma pesquisa realizada pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FIA-USP) mostra que 73% das pessoas estão satisfeitas com o trabalho de casa. Ao mesmo tempo, com uma volta à normalidade mais próxima, diversos profissionais estão com receio de que ficar longe do escritório possa afetar o acesso a promoções.

De acordo com um levantamento realizado pela consultoria global Korn Ferry, 55% dos entrevistados afirmam que voltar a trabalhar do escritório gera algum tipo de estresse. Para piorar, 58% afirmam que têm medo de conversar com os seus chefes sobre continuar o trabalho remoto por receio de que isso prejudique as chances de ascensão na carreira. É aquele chavão corporativo: quem é visto, é lembrado.

Colaboradores de diversas empresas que têm esse sentimento, mas que preferiram não se identificar. A pesquisa ainda aponta que 70% dos entrevistados afirmam que será estranho retornar ao escritório e 74% se dizem mais produtivos quando trabalham de casa. Ou seja: a retomada aos escritórios será mais difícil do que simplesmente abrir as portas para receber os funcionários de volta. Não por acaso, esse tipo de preocupação está circulando na área de recursos humanos do Itaú Unibanco. Segundo a diretora da área no banco, Valeria Marretto, existem muitas discussões a respeito desse receio de os colaboradores que preferem o home office precisarem voltar por uma ordem da chefia.

“Esse é um receio com praticamente todas as pessoas com quem eu converso, mas o que o próprio Milton (Maluhy Filho, presidente do Itaú) tem falado em lives é para termos uma visão de flexibilidade e que a volta continuará sendo voluntária”, diz Valeria.

***Os textos do conteúdo exposto neste informativo não são de autoria do Governo do Estado do Ceará.***

***Assessoria de Comunicação – Sedet***

***Fone: (85) 3444.2900***

***[www.sedet.ce.gov.br](http://www.sedet.ce.gov.br)***

## INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS

Atualizado no dia 26.08.2021

TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DO PIB (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
Ceará	1,45	2,67	-3,56	5,77
Brasil	1,78	1,41	-4,06	4,85

VALOR CORRENTE DO PRODUTO INTERNO BRUTO ANUAL (PIB) (R\$ MILHÕES) (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
Ceará	155.903,82	166.959,80	168.285,73	188.355,17
Brasil	7.004.141,00	7.407.023,57	7.447.858,25	8.263.567,80

PARTICIPAÇÕES PIB ANUAL (%) (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
PIB_CE/PIB_BR	2,23	2,25	2,26	2,28
Participações População (%)	4,35	4,35	4,34	4,33

Fonte: IBGE e IPECE. Atualizado em 17/06/2021.

Notas: (\*) Valores estimados, sujeitos a revisão; (\*\*) Valores projetados, sujeitos a revisão;

CONTAS EXTERNAS DO CEARÁ (US\$ MILHÕES) (JAN-JUL)				
	2018	2019	2020	2021
Exportações	1.025,65	1.130,41	951,02	1.406,49
Importações	1.305,02	1.097,79	1.206,18	1.742,31
Saldo Comercial	-279,37	32,62	-255,16	-335,82

Fonte: MDIC.

ESTOQUE DO VOLUME DE CRÉDITO				
	2018	2019	2020	2021 (Até junho)
Brasil ( R\$ Tri)	-	3,48	4,02	4,21
Ceará (R\$ Bi)	71,32	76,77	87,14	91,18

Fonte: Banco Central.

PRINCIPAIS ÍNDICES				
ATIVIDADE (Acumulado até junho) (base: igual mês ano anterior) (%) – CEARÁ				
	2018	2019	2020	2021
Produção Física Industrial	0,0	2,1	-22,0	26,8
Pesquisa Mensal de Serviços	-9,2	-2,3	-13,4	5,8
Vendas Mensais do Varejo Comum	3,5	-1,1	-16,3	4,9
Vendas Mensais do Varejo Ampliado	4,2	2,9	-15,8	18,3
INFLAÇÃO (Acumulado até julho)				
	2018	2019	2020	2021
IPCA - BRASIL	2,83	2,54	0,90	5,81
IPCA - FORTALEZA	1,79	3,50	1,84	7,21
INPC - BRASIL	2,83	2,55	0,80	5,01
INPC - FORTALEZA	1,96	3,31	1,73	6,20
IGP-M	5,94	4,79	6,71	15,98

Fonte: IBGE e FGV.

MERCADO DE TRABALHO - CEARÁ				
INDICADOR	2018	2019	2020	2021.1
Desocupação (%)	10,1	10,1	14,4	15,1
Nível de ocupação (%)	50,3	50,8	42,8	40,4
População em idade de trabalhar	7.312 (100%)	7.410 (100%)	7.620 (100%)	7.623 (100%)
Força de trabalho (mil)	4.088 (56%)	4.185 (56%)	3.808 (50%)	3.631 (48%)
Ocupada (mil)	3.676	3.762	3.259	3.082
Formal (mil)	1.630	1.702	1.534	1.422
Informal (mil)	2.046	2.060	1.725	1.660
Desocupada (mil)	412	423	549	549
Fora da Força de trabalho (mil)	3.224 (44%)	3.225 (44%)	3.812 (50%)	3.992 (52%)
Desalentados (mil)	328	358	466	466

Rendimento médio real habitual de todos os trabalhos das pessoas ocupadas (R\$)				
	2018	2019	2020	2021
	1.525	1.685	1.656	1.766

Fonte: IBGE (PNAD Contínua).

ESTOQUE DE EMPREGO FORMAIS							
REGIÃO/ANO	2015	2016	2017	2018	2019	2020*	2021* (Até julho)
Ceará	1.542.759	1.443.365	1.464.948	1.471.704	1.509.818	1.523.809	1.569.938
Nordeste	8.899.279	8.436.203	8.543.651	8.647.237	8.683.272	8.704.355	8.930.303
Brasil	48.060.807	46.060.198	46.281.590	46.631.115	47.554.211	47.630.932	49.479.236

Fonte: RAIS/ME e NOVO CAGED.

\* O estoque de empregos 2020: Estoque de empregos em 2019 + o saldo das contratações de 2020.

\*\* O estoque de empregos 2021: Estoque de empregos em 2019 + o saldo das contratações de 2020 e 2021.

Saldo de Empregos Gerados - Acumulado - 2020 - CEARÁ						
	2020			2021		
	Admissões	Desligamentos	Saldo	Admissões	Desligamentos	Saldo
JAN	36.806	34.391	2.415	41.170	33.710	7.460
JAN-FEV	74.862	65.408	9.454	85.446	66.708	18.738
JAN-MAR	108.795	106.877	1.918	120.804	104.395	16.409
JAN-ABR	121.809	155.609	-33.800	151.363	131.936	19.427
JAN-MAI	136.612	181.915	-45.303	183.072	159.599	23.473
JAN-JUN	156.057	204.187	-48.130	221.170	188.461	32.709
JAN-JUL	184.009	226.332	-42.323	264.242	218.113	46.129
JAN-AGO	218.898	249.959	-31.061			
JAN-SET	256.917	275.933	-19.016			
JAN-OUT	300.873	304.085	-3.212			
JAN-NOV	341.536	329.998	11.538			
JAN-DEZ	372.208	358.217	13.991			

Fonte: NOVO CAGED.

ABERTURA/FECHAMENTO DE EMPRESAS NO CEARÁ (ACUMULADO DE JAN – JUL)				
ESPECIFICAÇÕES	2018	2019	2020	2021
Abertura	41.167	49.078	47.641	66.099
Fechamento	60.103	18.328	15.794	21.012
Total	-18.936	30.750	31.847	45.087

Fonte: JUCEC.

PECEM - TOTAL DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGA (TONELADAS) (ACUMULADO DE JAN-JUL)				
PERÍODO	2018	2019	2020	2021
	9.996.015	8.914.954	9.215.552	11.659.544

Fonte: CIPP

CONSUMO (MWM) DE ENERGIA (ACUMULADO DE JAN-MAR)			
	2019	2020	2021
Ceará	2.931.400	2.789.513	3.001.983

Fonte: ENEL Ceará/Departamento de Faturamento.